

CADERNOS DE TEORIA DAS ARTES

SÉRIE GERAL

1

ARTE & SIGNO

Coordenação
Yolanda Espiña



CADERNOS DE TEORIA DAS ARTES

SÉRIE GERAL

1

ARTE & SIGNO

Coordenação
Yolanda Espiña



CADERNOS DE TEORIA DAS ARTES

Directora

Yolanda Espiña

Director Asociado

Miguel Ribeiro-Pereira

Equipa Editorial

Alexandra Beleza Moreira

Guilhermina Castro

Sónia Neves

Design Gráfico

Bernardo Santos

Diogo Tudela

I SÉRIE GERAL

Coordenação: Yolanda Espiña

II SÉRIE TEORIA E MÚSICA

Coordenação: Miguel Ribeiro-Pereira

III SÉRIE ICONOGRAFIA E SEMIÓTICA

Coordenação: Vítor Teixeira

IV SÉRIE ÉTICA E ESTÉTICA

Coordenação: Yolanda Espiña

Impressão e Acabamento

Clássica, Artes Gráfica SA

Depósito Legal

346583/12

ISBN

978-989-8366-38-2

Tiragem

200 exemplares

Edição

Universidade Católica Editora - Porto

CITAR - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes

Rua Diogo Botelho, 1327 - 4169-005 Porto

Índice

Nota Prévia _____	iv
por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa	
Apresentação _____	v
O Poder da Metáfora _____	3
Maria Augusta Babo	
A Metáfora – Modelo & Limite _____	17
Alexandra Beza Moreira	
Signo e Metáfora como Processos Psicológicos _____	27
Guimermina Castro	
Ciências da Mente e Arte da Música: Notas (em <i>staccato legato</i>) sobre a Atenção _____	43
Miguel Ribeiro-Pereira	
Acercamiento Semiótico a la Obra de Arte _____	73
Nicole Everaert-Desmedt	
Práticas Expositivas e Comunicação (depois de Nicole Everaert-Desmedt <i>post</i> Pierce) _____	91
Laura Castro	
Iconografia. Para um Semiótica da Arte _____	103
Vítor Teixeira	
Binariedade e Ternariedade do Signo _____	119
Yolanda Espiña	
A Inscrição Semiótica _____	129
José Augusto Mourão	

Binariedade e Ternariedade do Signo

Yolanda Espiña*

“Of thine eye I am eyebeam”¹
— Ralph W. Emerson, *The Sphinx*

1. O título e o objecto deste contributo nascem de algumas questões gerais surgidas no contexto da primeira série de sessões do Seminário Permanente “Arte e Signo”². Estas questões têm a ver, particularmente, com a pergunta pela natureza própria do signo e com as interrogações que isto suscita no contexto das teorias do signo em Ferdinand de Saussure, por um lado, e em Charles S. Peirce, por outro³. O ponto de partida da minha reflexão é a observação de uma ambivalência no fundamento de uma alegada binariedade do signo em Saussure, e, ao mesmo tempo, uma consideração — que se apresenta como correspondência — do papel que, de facto, a noção de “segundidade” enunciada por Peirce pode jogar no contexto da sua postulada ternariedade do signo.

Para esclarecer e confrontar tal ambivalência e tal consideração vou examinar, fundamentalmente e numa estrutura paralela, a abordagem de Saussure ao *signo*, como aparece no seu fundacional *Curso de linguística geral*⁴, assim como a análise triádica do signo que aparece, sobretudo, nos documentos de Peirce intitulados “O ícone, o índice e o símbolo”⁵ e “O que é um signo?”⁶.

*Professora Associada da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR).

1. Citado por Peirce, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, 8 vols. (eds. Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur W. Burks). Cambridge: Harvard University Press, 1931-58, 2.302. (No que segue: CP.)

2. Organizado pela linha de acção de Teoria das Artes, do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

3. Objecto principal dos seminários dados, particularmente nos casos de Maria Augusta Babo e Nicole Everaert-Desmedt, e ponto, certamente, de diálogo para os intervenientes no seminário nas diferentes sessões.

4. Saussure, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale* (publié par C. Bailly & A. Sechehaye; ed. T. de Mauro). Paris: Payot & Rivages, 1995. (No que segue: CLG.)

5. Peirce. CP 2.274-2.308. Utilizo como referência a tradução espanhola de Sara Barrena (2005), in: <http://www.unav.es/gep/>

6. Peirce. CP 2.281, 2.285 e 2.297-2.302. Utilizo como referência a tradução espanhola de Uxía Rivas (1999), in: <http://www.unav.es/gep/>

A pergunta que origina a necessidade deste esclarecimento surge do próprio objectivo geral desta edição do Seminário Permanente. Com efeito, da pergunta pelo carácter significativo da arte surge a questão sobre o tipo de signo que é a obra de arte. Mas, para isso, temos que circunscrever a natureza daquilo a que chamamos *signo*.

Podemos afirmar de início que o signo, em geral, é signo porque estabelece algum tipo de *relação* entre uma *configuração* e um *intérprete*. Pressuposto de todo signo é sempre, portanto, e antes de mais, a *relação*. Mas este pressuposto remete para problemáticas ainda mais fundamentais, porque a noção de relação implica em si mesma a pergunta por aquilo que funda a possibilidade mesma de relação, nomeadamente: esta possibilidade está nos próprios termos da relação, e portanto, deve ter um carácter intrinsecamente binário?⁷ Ou, pelo contrário, deve encontrar-se em algo exterior à própria relação, que a possibilita, e neste sentido a relação — toda a relação — só se justifica no âmbito de uma estrutura essencialmente ternária? É esta pergunta, nas suas diferentes dimensões, que orienta tudo o que se segue.

2. As teorias de Ferdinand de Saussure — enquadradas assumidamente por ele na *semiologia* ou *ciência dos signos* (“uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”⁸), e cuja pesquisa se concentra na análise da linguagem — definem as questões básicas do que a partir daí se chamou *estruturalismo*. A noção de *estrutura* desenvolvida por Saussure estava centralizada, certamente, na linguagem; mas um olhar atento descobre nela já uma vocação para ser aplicada no contexto dos diversos estratos da realidade. O interesse dessa extensividade (enunciada, com certeza, nos pressupostos do próprio Saussure⁹) é, de facto, que mostra a insuficiência de toda a análise da realidade incapaz de considerar o visível (aquilo em princípio *imediatamente* analisável) sob a perspectiva de uma interacção de dinâmicas estruturais (portanto, que sustentam o que aparece) mas *não imediatamente* visíveis. A presença de estruturas encobertas implica, logo, um determinado tipo de análise conducente a que estas estruturas possam ser desveladas. A interpretação mediada pela análise toma o lugar, assim, de uma mera descrição da realidade, e, mediada particularmente por esse sistema de signos humanamente

7. Independentemente, como é obvio, do número (dois, ou mais) de intervenientes numa relação específica. Aqui sublinha-se o carácter *horizontal* de uma abordagem que ratifica o carácter essencialmente binário de toda relação.

8. Saussure. CLG, p. 33.

9. Cf. a dialéctica implícita que estabelece Saussure entre o carácter arbitrário da linguagem e as “outras instituições humanas — os costumes, as leis, etc.” que “estão fundadas, em graus diversos, na relação natural entre as coisas”. Ibid. p. 110.

fundacional que denominamos *linguagem*, assume o papel de reconhecer e até decifrar os múltiplos sistemas de signos em que a realidade se organiza.

O próprio conceito de *interpretação* resulta aqui fulcral porque, por um lado, pretende uma pressuposta objectividade (a que podemos chamar “contextualidade” antropológica) das estruturas encobertas, que, sendo embora encobertas, não são (ou não devem ser) menos objectivas. No entanto, essa objectividade das estruturas está sujeita à arbitrariedade da convenção (cultural), que exige então a constante mediação do sujeito interpretativo, e a constante adequação da constância do código ao processo temporal — e à mudança efectiva que isto implica — da sua mediação real.

Vamos à análise do signo em Saussure. Com efeito, para Saussure (tal como no seu *Curso de linguística geral* manifesta), a essência do signo é ser algo de *comunicativo*, e é neste sentido que o seu carácter comunicativo é mediado pela *interpretação*. O próprio conceito de interpretação (portanto, sempre e de algum modo, mediação) implica uma duplicidade, que marca já a própria definição do signo. Esta duplicidade, fundamento da abordagem binária do signo em Saussure, pode ser antes de mais considerada como uma estrutura que se manifesta, enquanto tal, como um sistema de oposições. Abordemos, pois, algumas diferentes vertentes dessa duplicidade. Saussure estabelece já à partida uma binariedade fundamental na análise do signo: entre *signifiantes/significado*, que traduz a binariedade *imagem acústica/conceito*, tendo em conta que “imagem acústica” implica já um elemento de mediação: a imagem acústica “não é o som material, coisa puramente física, mas o vestígio psíquico desse som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos; tal imagem é *sensorial*”¹⁰. A sublinhar aqui é que Saussure atribui à imagem acústica um carácter simbólico: “Tem sido utilizada a palavra *símbolo* para designar o signo linguístico, ou mais exactamente, aquilo a que nós chamamos signifiante. Mas existe um inconveniente em admiti-lo. [...] O símbolo nunca é completamente arbitrário; ele não é vazio; há sempre um rudimento de ligação *natural* entre o signifiante e o significado”¹¹. Portanto, a própria ideia de imagem acústica inserida na ideia de “signifiante” implica o elemento da mediação sensorial/representativa.

No entanto, o signo em sentido estrito apresenta uma binariedade que remete para um outro nível na sua determinação: *arbitrariedade/linearidade*. A arbitrariedade (ou carácter imotivado do signo) tem como pressuposto um carácter convencional da estrutura de signos linguísticos, ao mesmo tempo que especificamente cultural. Linearidade, pela sua parte, afirma o substrato totalmente

10. Ibid. p. 98. A ênfase é minha.

11. Ibid. p.101.

temporal do signo na sua configuração físico/acústica. Aqui surge a questão da problemática do *tempo*, porque este se apresenta como uma contradição. Com efeito, comparece aqui a binariedade *diacronia/sincronia*. A sincronia, que parece afirmar o factor arbitrário-convencional (e portanto, não universal, mas culturalmente determinado), nega a vigência do tempo no seu aspecto processual; portanto, contesta a primazia de uma consideração diacrónica do signo. Numa outra binariedade estabelecida por Saussure, a célebre binariedade *língua/fala*, volta a assomar esta questão, de um outro ponto de vista, que vai elucidar a discussão sobre o tempo de um modo singular. Segundo Saussure, dentro do sistema de signos que constitui a linguagem em geral, a língua é a linguagem sem a fala. A língua é assim o aspecto sincrónico da linguagem, sendo a fala o aspecto diacrónico ou temporal. Ambos, no entanto, vão unidos, porque, como afirma Saussure, o signo está em condições de alterar-se *porque se continua*: “Por isso, o princípio de alteração se fundamenta no princípio de continuidade”¹². Prima em Saussure claramente, uma vez mais, o aspecto sincrónico da linguagem. E isto implica, de alguma maneira, o reconhecimento de uma permanência no tempo que consegue ultrapassar o aspecto puramente temporal (no sentido processual) da convenção. Parece que a questão pode situar-se na análise deste aspecto temporal, e no estabelecimento das condições de uma dialéctica entre tempo (o aspecto processual, diacrónico) e temporalidade (sincrónica). No entanto, e dado o carácter *interpretativo* inerente ao signo, comparece aqui claramente a necessidade de encontrar algum elemento que confira sentido a essa própria dialéctica.

Com efeito, e como já anunciado no início desta intervenção, abordamos, de um outro ponto de vista, a clássica e basilar questão sobre o fundamento da relação. O fundamento está nos próprios termos da relação? (Isto pareceria ser o ponto de vista de Saussure, em princípio.) Ou está num terceiro, exterior de alguma maneira à relação, que estipule as condições do seu relacionamento interno? De facto, colocar o fundamento na própria relação situa a problemática do tempo, no próprio Saussure, numa posição aporética, porque, por um lado, o fundamento mesmo desta problemática do tempo ancora-se no carácter interpretativo do signo, sendo precisamente este carácter interpretativo o que institui a sua temporalidade intrínseca — isto é, a temporalidade é uma dimensão inerente ao conceito de interpretação. Mas, por outro lado, a possibilidade mesma de interpretação (e portanto, de inteligibilidade) indigita para uma continuidade supra-processual que fundamente a inteligibilidade no processo interpretativo.

Os teóricos pós-estruturalistas estavam conscientes do problema que Saussure deixara em aberto. Com efeito, Saussure, na sua abordagem da dimensão

temporal do signo, privilegiando o aspecto sincrónico (lembro que sincrónico e diacrónico são ambos aspectos temporais), colocava alguns problemas à formalização mesma da possibilidade de *relação* — inerente ao signo — dentro de uma noção em si mesma *relativa* (nas suas manifestações ou configurações) como é a *cultura*¹³. Para além disso, a primazia do aspecto sincrónico derivaria também, como faz lembrar Jacques Derrida, para uma tendência imparável ao logocentrismo¹⁴.

É aqui que, com efeito, surgem algumas questões muito interessantes, como a consequente inversão realizada pelos pós-estruturalistas, da primazia do sincrónico para o diacrónico, e desse modo poderíamos ler em Derrida, por exemplo, o seu exposto predomínio do texto antes da fala; neste sentido, não se identificaria fala dentro da oposição *língua/fala*, mas considerar-se-ia, decerto, dentro da própria *fala*, o seu aspecto dinâmico e o permanente. Ou dito de outro modo: a crítica pós-estruturalista considera que o estruturalismo aborda a binariedade *língua/fala* no contexto da palavra, não da escrita; o que liga irremediavelmente a questão da estrutura a uma concepção linear da cultura. Interessante nessa aposta pelo elemento diacrónico é, no entanto, uma consequente atenção ao *sujeito*, e a sua recuperação como elemento de análise cultural. Tal implica, como parece óbvio, um actualizado interesse pelo significante, relativizando o interesse pelo significado. Fica assim reforçada a primazia do temporal, e no entanto, esta opção pela diacronia convoca a necessidade de analisar aquilo que permite o conceito mesmo de diacronia. Lembremos aqui que um pensador como Emmanuel Lévinas centra parte do seu discurso (no horizonte de questões da discussão pós-estruturalista, ainda sem se identificar com ele), precisamente, numa renovada abordagem da diacronia, como lugar onde acontece essa assimetria — a que ele chama *lapso* — entre o tempo/temporalidade e o seu além: em definitivo, a própria diacronia convocando o limite. Em qualquer caso, o interesse na perspectiva do pós-estruturalismo sobrevém no papel do sujeito, questionando os próprios limites do sujeito.

É claro que a abordagem e a análise desta corrente precisariam de um aprofundamento específico; no entanto, ambos — estruturalismo e pós-estruturalismo — manifestam a precariedade de uma consideração estritamente binária do signo, mesmo aceitando a importância do reconhecimento da mediação interpretativa como acesso às estruturas encobertas da realidade.

13. Falo de *cultura* num sentido geral, próprio e característico do humano, que manifesta uma dialéctica essencial com a *natureza*, entendida esta, em sentido amplo, no seu carácter *potencial* em relação à acção do homem.

14. Cf. Derrida, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973. Interessante é, neste contexto, a abordagem de Cristina de Peretti no seu texto “La violencia del discurso metafísico”, in: *Jacques Derrida. Texto y Deconstrucción*. Barcelona: Anthropos, 1989, pp. 23-68. O prólogo do livro está escrito por Derrida.

3. A *semiótica*¹⁵ é para Charles S. Peirce a “doutrina da natureza essencial e das variedades fundamentais de qualquer classe possível de semiosis”¹⁶, sendo *semiosis* “uma acção, uma influência que seja — ou suponha — uma cooperação de três sujeitos, como, por exemplo, um signo, o seu objecto e o seu interpretante, influência tri-relativa que em nenhum caso pode terminar [como] uma acção entre pares”¹⁷. Prima nela o carácter propriamente *signico* do signo, o que diminui o aspecto comunicativo (fundamental em Saussure), e portanto, diminui também o aspecto *intencional*¹⁸. Confere-lhe assim, no entanto, um espectro de interpretação e de análise muito mais alargado, dado que permite abordar como signos outros comportamentos, e também unidades de carácter complexo e multidimensional. Aborda portanto todo o facto significativo, articulado ou não sob a forma de linguagem¹⁹.

Peirce oferece uma classificação dos signos, a partir de uma perspectiva inicial que se alicerça num determinado modo de conceber a *relação*. A relacionalidade inerente ao signo é o fundamento do seu carácter — mais uma vez — *interpretativo*. Mas, aqui, este carácter interpretativo comparece sob um outro ponto de vista. Porque a própria abordagem implica uma ternariedade, procurando o fundamento da duplicidade de qualquer relação. Deste modo, em relação ao signo, Peirce aborda já directamente a relação entre um *representamen* e um *objecto dinâmico* (externo ao signo²⁰), isto é, a relação entre signo e realidade, mediada pelo *interpretante*. A célebre classificação do signo em ícones, índices e símbolos apresenta-se então como os modos de relação possíveis entre os três elementos, a partir do *representamen*. Ao mesmo tempo, a classificação triádica obedece a uma relação específica, também, com as categorias da realidade, explícitas nos termos de primeiridade, segundidade e terceiridade.

Do ponto de vista propriamente *signico*, a primeiridade alude à significação do que é, sem referência a qualquer outra coisa. A segundidade introduz a significação em relação horizontal com a experiência, e portanto, com a descontinuidade do real concreto. A terceiridade possibilita, de facto, o processo inter-

15. Define-se também a semiótica como *doutrina geral dos signos*, frente à semiologia como *ciência dos signos já codificados*.

16. Peirce, Charles S. *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*, vol. 2 (1893-1913), ed. The Peirce Edition Project. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998, p. 413.

17. *Ibid.* p. 411.

18. Este aspecto pode ser fundamental numa abordagem específica da arte em relação a esta definição de signo, o que não pode ser desenvolvido aqui em profundidade.

19. Ainda que, como indicado no início deste ensaio, a noção de estrutura no próprio Saussure apontasse já à sua aplicação a sistemas não-linguísticos, como de facto teóricos como Roland Barthes tentaram posteriormente.

20. O objecto pode ser também *imediato*, isto é, interno ao signo.

pretativo como tal, no sentido de estabelecer a mediação entre a primeiridade ou possibilidade, e a segundidade ou concreção, em termos de adesão ao carácter temporal que caracteriza toda a interpretação, em si mesma sempre dinâmica. É aí que se convoca a cultura, a transformação das configurações do real, conforme a uma legalidade captada mediante o círculo interpretativo que a própria mediação estabelece.

Ícones são signos cuja natureza reside, sobretudo, na possibilidade de se relacionarem *por si mesmos* com o objecto. Como afirma Peirce, “um ícone é um signo que possuiria o carácter que o torna um significante mesmo que o seu objecto não existisse”²¹, e desse carácter deriva (não antecede!) a qualidade da semelhança que o caracteriza. Por isso se enquadra na categoria da primeiridade. Os *índices* estão em relação real com o objecto, e portanto dependem da sua existência: “Um índice é um signo que perderia imediatamente o carácter que o torna um signo se o seu objecto desaparecesse, mas não perderia esse carácter se não houver interpretante”²². Pertencem os índices, portanto, à categoria da existência real, à segundidade. Já o *símbolo* apresenta uma relação arbitrária com o interpretante, de modo tal que o símbolo “é um signo que perderia o carácter que o torna um signo se não houver interpretante”²³. É o horizonte da terceiridade.

São os símbolos, em Peirce, os que se correspondem com os signos arbitrários de Saussure. No símbolo, o interpretante assume, na sua qualidade de sujeito e de um modo fundamental, a tarefa pura da interpretação. E isto de um modo tal, que é no símbolo que o signo adquire a independência pura conferida pela convenção, sendo o símbolo “um signo que se constitui como signo mera e principalmente pelo facto de que é usado e compreendido como tal”²⁴.

Interessante aqui é, precisamente, a pertença do símbolo à categoria da terceiridade. Em primeiro lugar, esta categoria dinamiza o tempo, porque, tendo como constitutiva a própria mediação, visa o facto do câmbio, e portanto, visa o futuro. E ao fazer isto, introduz a dinâmica inerente à categoria que a mediação tem como própria: a relação! O signo é já em si mesmo relação, como temos visto ao longo deste contributo. Mas o símbolo é a expressão da *pura relação*, dentro de um contexto *já relacional*, como é o próprio signo nas suas diferentes manifestações.

21. Peirce. CP 2.304.

22. Ibid.

23. Ibid.

24. Ibid. CP 2.307.

Por isso, repito, são os símbolos de Peirce que se correspondem com os signos arbitrários de Saussure. Neste sentido, é importante salientar aqui que não identifico o conceito de símbolo em Peirce com o de símbolo em Saussure, mas com o conceito específico que este tem de signo. De facto, Saussure, como já vimos anteriormente, distingue entre signo e símbolo: “o símbolo nunca é completamente arbitrário; ele não é vazio; há sempre um rudimento de ligação natural entre o significante e o significado”²⁵. A relação aqui proposta manifesta, no entanto, uma diferença fundamental entre o símbolo de Peirce e o signo de Saussure: para Peirce, é condição necessária para a existência do símbolo tanto a qualidade específica, que representaria o ícone, como a existência, própria do índice. O símbolo, representando a pura mediação, representando esse elemento da significação que existe só na medida em que existe o interpretante, não nega por isso nem o horizonte da primeiridade (de facto, é o pressuposto), nem a existência em que se materializa a segundidade. O que faz é afirmar, em definitivo, a presença pura da mediação, que codifica o concreto (segundidade), surgido das possibilidades daquilo que é — plano do ser — mas sem relação necessária ainda com a existência (primeiridade), e o transmuta nas leis dinâmicas da natureza cultural humana, visando o futuro (“um símbolo é uma lei ou regularidade do futuro indefinido”²⁶). Portanto, o símbolo implica ambas as coisas. É aí que surge a convenção da interpretação. É aí que se compreende a referência explícita, e até identificação em alguns momentos, do símbolo com a linguagem, sendo o símbolo “aplicável a tudo aquilo que pode ser encontrado que realiza a ideia conectada com a palavra”²⁷. E é aí também que o conceito de *uso* adquire uma predominância específica. No entanto, dado que precisa dos elementos — ícone e índice — que o sustentam como tal, o símbolo implica também uma determinada referência ao que podemos chamar “a natureza das coisas”.

4. Como reflexão final, e mais como um ponto de partida para aprofundamentos futuros, resta a tentativa de situar no argumento seguido até aqui a problemática mencionada já no início desta intervenção: a possibilidade da relação está nos próprios termos da relação, tendo portanto um carácter intrinsecamente binário, ou, pelo contrário, está em algo exterior à própria relação, que a possibilita, e neste sentido só se justificaria no âmbito de uma estrutura essencialmente ternária?

25. Saussure. CLG, p. 126.

26. Peirce. CP 2.293.

27. Ibid. CP 2.298.

A fisionomia binária do signo em Saussure alude, na sua sincronia fundamental, a uma imanência estrutural que, no entanto, só se suporta ou sustenta numa consideração estritamente temporal. Lembramos aqui que o signo em Saussure vive, segundo o ponto de vista temporal, da dialéctica entre alteração e continuidade, fundando-se a primeira na segunda. Mas isto implica ultrapassar o aspecto meramente processual inerente à pura convenção; e é a presença de uma estrutura que corresponde a alguma objectividade encoberta (presente precisamente através do seu surgimento no próprio facto da existência de uma continuidade) que resiste, ademais, às alterações! A própria ideia de comunicabilidade, que fundamenta por vezes a arbitrariedade postulada por Saussure, quase como que fruto só de um consenso, indica, aponta, no entanto, à contextualidade antropológica que late na convenção das palavras escolhidas para expressar algo primário e atávico, mas que precisa da configuração sónica que é a palavra para ser desvelada. Será isso a alusão a uma “primeiridade”?

Os signos em Peirce postulam claramente, como vimos, o fundamento da relação numa perspectiva triádica. Na sua definição do símbolo encontramos o ponto de encontro com Saussure, e portanto o lugar possível de discussão. Este lugar não é só a definição do signo/símbolo respectivo, mas, muito mais, em primeiro lugar, a dimensão temporal aí presente. Ambos postulam o signo/símbolo no horizonte da pura relação, o que ratifica o seu carácter temporal.

O fundamento binário do signo em Saussure aponta à pura temporalidade de toda concepção puramente binária, fechando no entanto a própria processualidade do tempo, dado que a sincronia por ele postulada “congela” essa imanência estrutural binária pela sua tendência ao logocentrismo: um tempo, por assim dizer, “fechado” na sua própria temporalidade. Nesse sentido, fica por explorar ainda mais o elemento de diacronia, num sentido que poderia esclarecer sob a perspectiva da processualidade a mencionada dialéctica entre alteração e continuidade, postulada por Saussure²⁸.

O fundamento ternário do símbolo em Peirce aponta ao futuro e possibilita-o. Mas, de facto, observa-se que parece funcionar como um círculo orientado a algo anterior, que seria a primeiridade, de um modo que não deixa de manifestar uma determinada imanência, porque não se esclarece totalmente — considerando os pressupostos de Peirce — a descontinuidade, que é a autêntica condição do futuro. Devemos salientar aqui que ternariedade não implica imediatamente *verticalidade*. Por isso fica por explorar ainda mais, nesta perspectiva, o factor de genuína descontinuidade presente em Peirce, que é, precisamente e sem dúvida, a segundidade.

28. Numa perspectiva diferente à explorada por alguns pós-estruturalistas.

Quer do ponto de vista da teoria de Saussure, quer na perspectiva de Peirce, as explorações propostas encontram um lugar privilegiado de desenvolvimento no campo da arte. Com efeito, no primeiro caso, é na expressão artística que pode ser convocada a assimetria própria do conceito mesmo de diacronia: assimetria como lugar das dialécticas binárias matéria/espírito, tempo/espço, expressão/comunicação, etc., convocando a significação, uma significação capaz, assim, de conjurar a imanência. Da mesma forma, a partir da perspectiva de Peirce, é na descontinuidade do concreto material que encontramos a arte como um *índice* peculiar: aquele que, sendo definido o índice no geral como o signo que perderia imediatamente o seu carácter sógnico se desaparecesse o objecto (real, descontínuo), mas que não perderia esse carácter se não houver interpretante, no entanto, no caso da arte, é mesmo um índice que não pode sobreviver à desapareção do objecto... nem do interpretante.

Referências bibliográficas

Derrida, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Peirce, Charles Sanders. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, 8 vols. (eds. C. Hartshorne, P. Weiss e A. W. Burks). Cambridge: Harvard University Press, 1931-58. Traduções pontuais de Sara Barrena e Uxía Rivas, in: <http://www.unav.es/gep/>

Peirce, Charles Sanders. *The Essential Peirce. Selected Philosophical Writings*. Vol. 1 (1867-1893), eds. N. Houser e Ch. Kloesel. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992. Vol. 2 (1893-1913), ed. The Peirce Edition Project. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

Peretti, Cristina de. *Jacques Derrida. Texto y Deconstrucción* (prólogo de Jacques Derrida). Barcelona: Anthropos, 1989.

Saussure, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale* (publié par C. Bailly & A. Sècheyne; ed. T. de Mauro). Paris: Payot & Rivages, 1995.